



A classe dirigente e o poder em Angola

Nelson Pestana*

* Introdução

Os estudos sobre a problemática das classes sociais em Angola no período colonial não são muitos, mas nada que se compare com a sua quase inexistência para o contexto do Estado nacional. A abordagem do poder e das suas relações em termos de classes e de luta de classes parece não interessar ninguém, sobretudo depois da queda do muro de Berlim que trouxe o aparente abandono das ideologias e o progressivo abandono da ideia de “revolução”. Os autores preferem falar desta realidade recorrendo a outros instrumentos teóricos e teleológicos como são os processos de formação e composição das elites ou ainda da sua trajectória social e do seu capital simbólico. Mais do que estabelecer uma qualquer estratificação social, o interesse desloca-se para a composição do bloco hegemónico de poder e para as formas de dominação e manutenção do sistema de desigualdade, através de uma sociologia histórica ou sociologia crítica da economia política real de poder,

* Doutor em Ciência Política, Investigador do CEA/ISCTE (Lisboa). Texto da comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004, elaborado com o apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

privilegiando, uns, as relações “por cima”, dando um largo espaço ao institucional, e outros, as relações “por baixo”, procurando, sobretudo compreender as estratégias dos actores sociais face às estratégias do poder.

Mas, se a concreta economia política de poder em Angola não pode ser simplesmente apreendida com os conceitos de etnicidade, nem de divisão de classes sociais, parece-me que essa mesma economia política de poder real representa uma dada estratificação social e que este quadro deve ser objecto de um esforço de compreensão, pelo menos, por exemplo, pelo estudo de caso dos Big Men angolanos. Porém, não pretendo inserir esta nova realidade angolana em esquemas analíticos limitados a imediaticidade dos fenómenos que não especificam a natureza dos movimentos sociais actuais e acreditam que “todo o movimento social tem sempre um carácter de classe que está inscrito em sua própria lógica”¹, numa clara alusão a Marx, no *Manifesto do Partido Comunista*, para quem a história não é história senão como história da luta de classes². O que levaria a conceber os movimentos sociais como manifestações de uma essência. Eu penso os movimentos sociais e suas manifestações como condição vivida e continuamente reelaborada³.

Por isto, não é meu objectivo, nesta comunicação, explicar a concreta economia política de poder a partir de uma simplificada leitura das “classes sociais” e de suas lutas, mas não posso deixar de me sentir interpelado por essa realidade empírica de diferenciação que se pronuncia cada vez mais. No entanto, minha intenção nesta abordagem não é mais do que traçar um quadro geral e dar um sentido integrador de outras análises parcelares, tomando como “classe social” o modo que designa uma condição que é comum a um conjunto de indivíduos, condição esta que é alterada pelo modo como é vivida⁴. Assim sendo, se considero a objectividade da divisão social do trabalho, não deixo de considerar também o facto de essa objectividade se inscrever num movimento de reprodução em concreto que é atravessado por representações simbólicas que os integrantes do grupo partilham e através das quais se reconhecem. A classe aparece como um conjunto de

¹ M. Glória Gohn, *A força da periferia*, São Paulo, Vozes, 1985, p. 46.

² Opinião hegeliana segundo a qual os povos atrasados estão fora da História.

³ Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*, São Paulo, Paz e Terra, 1988

⁴ Talvez se possa dizer que a “classe” é um termo descritivo que utilizo para designar uma categoria social.

indivíduos que vivem condições que as separam uma das outras (plano objectivo) e que criam ou não uma comunidade de interesses (plano subjectivo)⁵.

Por seu lado, a observação das grandes transformações da trajectória política dos primeiros vinte e nove anos de independência angolana, , pode ser apreendida em termos de sociologia política, através de dois grandes períodos: o período revolucionário (1975-1990) e o período clientelista (1990-2004). Foi este critério escolhido por Tony Hodges, no seu livro sobre *Angola do Afro-stalinismo ao petrocapitalismo*. No entanto, esta *summo divisio* não permite uma apreensão imediata das dinâmicas personalistas e patrimonialistas que conduziram a esta transformação do regime angolano e que vão caracterizar o poder político a partir dos anos 1980 e que são mais evidentes na produção teórica de Christine Messiant. Dinâmicas estas que vão permitir a configuração dos grupos e camadas sociais observáveis de forma mais clara na década subsequente e que evita a ideia de uma grande ruptura entre as duas fases, abordando-as como um processo intrincado de continuidades e de rupturas, mostrando como progressivamente ganham preponderância em relação a ordem moral da revolução. Até porque o regime junta umas as outras sucessivas legitimidades.

Pensamos pois que a compreensão destes fenômenos, sobretudo naquilo que nos interessa para o estudo da classe dirigente angolana nos anos 1990, é facilitada ao adoptarmos três paradigmas explicativos que correspondem a três períodos lógicos e cronológicos do Estado nacional angolano: Estado-força (1975-1985), Estado patrimonialista (1985-1990) e Estado predador (1990-2004...). O Estado-força seria caracterizado, em primeiro lugar, pela figura central do chefe carismático e pela sua permanente procura de personalização do poder, num quadro de ditadura oligárquica, pela força da doutrina como meio de legitimação do poder, pela existência de corpos de polícia ao serviço do partido-Estado (e do chefe), pela procura de uma economia colectivista através da mobilização revolucionária cuja eficácia e rentabilidade é submetida a um critério político.

⁵ Na verdade, “dois grandes tipos de definição da classe podem ser distinguidos: a classe é definida em termos do nível de rendimento e/ou de estilo de vida, ou é definida em termos do seu lugar nas relações de produção mas, quer para a teoria liberal quer para a teoria marxista, a classe é um conjunto de indivíduos”. Ver Dominique Colas, *Sociologie politique*, Paris, Puf, 1994, p. 222.

Já o Estado patrimonialista é marcado pela procura de uma economia de rendimento através da mobilização da inteligência nacional e de capitais estrangeiros, pela “juridização” da repressão, pela imposição de uma dita “legalidade socialista” inacabada, pelo aproveitamento do espírito de reforma para patrimonialização do poder pelo Príncipe, embora tendo ainda como discurso de legitimação a revolução, mesmo, se em alguns casos, em termos de legitimação do poder, se passe da ideologia revolucionária à ideologia mobutista da “autenticidade africana”, se passe, a recorrer ao argumento da especificidade do poder em África, do paradigma ideológico ao paradigma cultural.

Finalmente, o Estado predador pode ser definido pela bipolarização agravada do poder, pela erosão do político, devido à ausência de projecto político real, pela criminalização dos aparelhos de Estado, pela economia de predação, acompanhada da corrupção económica e social, num quadro contraditório de declarada transição democrática e de liberalismo económico.

O período que é analisado, nesta comunicação, coincide com o último paradigma e é sobre ele que me vou debruçar tendo embora como pano de fundo o que fica dito sobre a evolução do poder e de suas relações com os diversos actores sociais. Vou, pois, procurar dar a conhecer a evolução do regime como sistema de predação (I) e depois procurar caracterizar a(s) classe(s) dirigente(s) que resulta(m) da sua matriz de relações (II).

* A década de 1990

Em Angola, os anos de 1990, coincidem com o chamado processo de transição para a democracia que também correspondeu, estando o país em guerra, a um processo de pacificação. Fala-se em 4 transições encetadas então: (1) da guerra para a paz; (2) da economia centralizada para a economia de mercado, (3) do partido único ao multipartidarismo (4) da miséria ao desenvolvimento. Estas transições, uma vez abandonada a intenção da construção da base económica, no quadro da economia dirigista, que permitiria a realização do socialismo evitando a via capitalista, corresponderiam, ao serem cumpridas, a passagem do Estado revolucionário subdesenvolvido ao Estado

industrial liberal. O que congregaria o fim do monopólio político do partido único, a transformação da oposição armada em partido político, o surgimento de partidos políticos civis, a autonomia da sociedade civil, a consagração do princípio da separação de poderes⁶, a constituição de uma representação nacional saída do escrutínio popular, o princípio da eleição como critério de escolha dos governantes e o alargamento das liberdades públicas. Os Acordos de paz potenciavam uma transição para a democracia, permitiriam a passagem do país do reino do arbitrário (revolucionário) ao reino da Lei, do reino da exclusão ao reino da igualdade, do simples Estado administrativo ao Estado de direito.

No entanto, a crise que se seguiu as contestadas eleições de 1992, levou não somente a retomada da guerra mas também a retracção das liberdades e à concentração do poder, de tal maneira que o governo, como diria o jornalista Ismael Mateus, vai “*diluir-se e ofuscar-se no Presidente da República*”, de tal maneira que “*os membros do Governo e o próprio colégio governamental têm dificuldades de assumir uma personalidade própria, autónoma do seu líder*”⁷. Por isto todas as análises da situação angolana, mesmo as laudatórias, são unânimes em pôr em destaque o protagonismo e a centralização progressiva do poder na pessoa do presidente da República, ao mesmo tempo em que ressaltam o crescimento exponencial da corrupção e de uma cada vez maior dependência do sistema de dominação da redistribuição clientelista. Lopo do Nascimento considera que “*o principal mecanismo de afirmação*” do novo riquismo arrogante e exibicionista “*é a utilização das suas posições chave no aparelho de Estado em benefício praticamente exclusivo dos seus interesses privados*”⁸. João Melo, jornalista e deputado do partido de governo, também considera que “*o sistema montado para ganhar a guerra, nas condições objectivas de Angola, criou procedimentos, rotinas e vícios*” ou seja, um sistema de predação “*estrutural e sistemática*” que levou os seus agentes a pontos chaves do Estado⁹. O discurso da democracia, não somente não é abandonado como, pelo contrário, continua a servir de meio de legitimação ao poder estabelecido na sua continuidade e de meio justificativo das transformações do espaço político no sentido de conformar uma economia

⁶ Apenas consagrado na segunda revisão da Lei Constitucional, Lei 23/92, de 16 de Setembro.

⁷ Ismael Mateus, “Falcone o indelicado”, in *Semanário Angolense*, nº 55, Ano I, 3/10 de Abril de 2004.

⁸ Cf. semanário Agora, de 28 de Setembro de 2002.

⁹ Cf. Entrevista a Gustavo Costa, em o Jogo da Verdade do *Semanário Angolense*, nº , de 2003. Quase todos os editoriais da imprensa independente consideram que a predação e o clientelismo são elementos fundamentais no sistema de poder de José Eduardo dos Santos.

política de poder concreta de restauração autocrática, estabelecendo-se uma tensão entre a ordem constitucional vigente e o poder de facto.

Os anos de 1990 representam a década da predação, do desenvolvimento e funcionamento de um sistema de predação alargado que vai para lá da simples privatização e criminalização dos aparelhos do Estado (Bayart e Hibou) e envolvem a oposição armada e um sistema clientelar alargado que estimula e alimenta a corrupção social. O Estado predador apresenta-se pois como a forma específica de governamentalidade (Foucault) e organiza-se política, económica e socialmente: confiscando, no plano político, o processo de transição para a democracia a favor do poder pessoal do Presidente da República ao mesmo tempo em que insiste, em termos de discurso, nomeadamente para o exterior, na ideia da liberalização para não se ver privado das vantagens simbólicas e materiais e da força de representação da democracia e da legitimidade assente nesta ideologia. No plano económico, o espírito liberal de uma passagem da economia dirigista a uma economia de mercado é subvertido a favor de uma economia neomercantilista que sobrevaloriza, ao nível do discurso, o mercado, apresentando-o como elemento estruturante do sistema sócio-económico mas que em verdade não é mais do que um elemento complementar pois todo o poder económico estruturante continua centralizado no Príncipe e a economia desenvolve-se em função dos seus interesses de potência, quer no interior, quer no exterior, seja por via de apropriação directa, seja por via da intervenção dos seus aliados. A classe de poder seria assim mais próxima de uma proto burguesia, mais próxima de um feudalismo coronelista do que de um capitalismo nascente. Não foi por acaso que Jon Lee Anderson, jornalista da revista da classe média intelectual americana, *The New Yorker*, na sua reportagem sobre Angola, caracterizou então o regime angolano como sendo “*uma monarquia absoluta obscurantista e medieval*”¹⁰.

* As classes dirigentes dos anos de 1990

Esta trajectória corresponde seguramente à formação de algumas classes ou proto-classes, pois a forma como a sociedade se organiza para produzir bens necessários a sua

¹⁰ Jon Lee Anderson, “Petróleo e sangue”,

reprodução é igualmente produtora de uma concreta diferenciação social que corresponde a uma maior ou menor divisão social do trabalho. As concretas formas de distribuição desses bens produzidos são também elementos que concorrem para esse processo de diferenciação. Para além de que a transformação da estrutura de propriedade veio implicar determinados modos de estar, certos comportamentos gregários e uma política de defesa de interesses comuns que se traduz na defesa também de determinados valores ou na simples defesa do *status quo* de poder que é o protector dos seus interesses e sobretudo das vias da sua reprodução. Este processo leva também, claro está, a que as elites marginalizadas por estas formas de organização produção ou distribuição dos bens procurem linhas alternativas de legitimação e de ascensão.

Assim, ao indagarmos o papel do Estado na distribuição da renda produzida em sociedade, constatamos que entre a elite dirigente podemos diferenciar uma camada da burguesia *compradora*, como lhe chama Daniel dos Santos, que é muito próxima do poder e que acumula riqueza pela transferência dos capitais simbólicos, próprios ao exercício do poder político (na sua função de regulação das actividades sociais, nomeadamente, económica) para a área das trocas materiais (exemplo do Senhor 50%, da percentagem cobrada aos empresários pela “mafia” da banca na execução do pagamento da dívida pública interna, etc.) percebendo “comissões”¹¹, apropriando-se directamente da riqueza nacional, do património público, de partes do mercado, de licenças de exploração em regime de monopólio e de subvenções directas de consumo ou de serviços através da posição majestática e do monopólio que lhe é proporcionado pela regulação política. Esta classe seria uma “lumpen-burguesia que partilha a avidez da rapina e tem no centro dos seus interesses e poder o sistema clientelista alargado.

Outra camada é a burguesia empreendedora, que mais próxima da economia que do político (mas tendo quase sempre que compor com este) é constituída pelos novos proprietários do tecido industrial e comercial da era pós-colonial e que tendo acumulado riqueza pela anterior posição na tecno-estrutura e direcção das empresas estatais e no processo de privatização, agora produzem riqueza através da organização do trabalho e da produção de bens e serviços e da reprodução dos seus capitais. Enquanto outros, como os Big Men (por exemplo, Melo Xavier, Mbakassi, Wapossoka, César & Filho, etc.) ter-se-

¹¹ Vide Norberto Franco de Sousa, *Angola: o caminho estreito da dignidade*, Lisboa, Edição do Autor, 1999.

iam criado a sombra da guerra revolucionária, mas alargado grandemente os seus impérios com o processo de apropriação privatista do período pré e pós-eleitoral (1992). Período que proporciona também o aparecimento de outros *Big Men* através do processo de privatização, mas sem nenhuma ligação anterior ao mundo empresarial¹². A burguesia empreendedora partilha um projecto de sociedade que tem no centro a relação produtiva entre o capital e o trabalho e procura legitimar a sua acção através de uma teoria do desenvolvimento e da ideia de eficácia, de modernidade e do mérito dos seus agentes.

Entre esta burguesia e uma imensa classe popular está uma camada média constituída, por um lado, pelos quadros técnicos que vivem do seu trabalho, sendo pelo seu capital académico independentes do poder, o que lhes permite aceder à economia de consumo dolarizada, e por outro, pelos quadros políticos e administrativos que vivem de prebendas da camada dirigente, formando a sua clientela de intermediação e controle das clientelas mais baixas. Destas classes, os filhos estudam no estrangeiro (Portugal, África do Sul, Estados Unidos...) ou estudam nas melhores faculdades do país investindo na carga simbólica da distinção que corresponde a disponibilidade material dessas classes para suportar as despesas e garantir uma reprodução de classe pelo controle do espaço político e económico (cf. Pierre Bourdieu).

A imensa classe popular que representa para cima de 70% da população, heterogénea na sua composição, vai desde os funcionários públicos, passando pelos trabalhadores assalariados urbanos e rurais (incluindo os camponeses pobres), até a “classe” da miséria humana que a escala massiva enxameia as principais cidades do país e que colocada na condição de paria dependem da assistência humanitária e da caridade. Os funcionários públicos (no sentido lato do termo), que “fingem trabalhar” porque “o Estado finge pagar salários” que não lhes permite viver segundo os seus padrões de prestígio social e, por isto, estão normalmente associados ao mercado “informal” de serviços, convertendo o seu *savoir faire* burocrático informalmente colocado ao serviço dos utentes do serviço público num “subsídio” complementar do salário (oficial)¹³.

¹² Ver “MPLA: o partido-Estado transformou-se num partido-empresa”, *Semanário Angolense*, 54, 27 de Março a 3 de abril de 2004.

¹³ Este esquema complementar do salário da função pública está instituído *de facto* em muitos dos serviços do Estado.

* Conclusão

Esta análise, apesar de seu carácter preliminar, indicia já que há um processo acelerado de *distinção* de classes que se afastou do sistema de privilegio nomenclaturista do Estado revolucionário, que passa pela manutenção de um quadro de dominação e de desigualdade de predação e também por um processo de interiorização da condição de classe, isto é, pelo desenvolvimento e partilha de um sentimento de pertença. Jean Paul Sartre, na *Crítica da Razão Dialéctica*, acreditava que “as relações recíprocas de grupos, classes e de uma maneira geral de todas as formações sociais (colectividades, comunidades) são fundamentalmente práticas, isto é, realizam-se através de acções recíprocas de entre-ajuda, de aliança, de guerra, de opressão, etc., quaisquer que seja, aliás, o tipo e o modo de realização dessas acções”¹⁴.

Este processo de interiorização vai até ao ponto da própria reinvenção do passado, cuja expressão literária se encontra na ficção de José Eduardo Agualusa, no seu último romance, *O Vendedor de passados*¹⁵.

¹⁴ Jean Paul Sartre, *Critique de la raison dialéctique*, Paris, Gallimard, 1985, p. 731

¹⁵ José Eduardo Agualusa, *O Vendedor de passados*, Lisboa, Dom Quixote, 2004.

* Bibliografia

- AGUALUSA, José Eduardo, 2004, *O Vendedor de passados*, Lisboa, Dom Quixote.
- BAYART, Jean François, 1993, *The State in Africa: The Politics of the Belly*, London, Longman.
- CHABAL, Patrick et DALOZ, Jean-Pascal, 1999, *L'Afrique est partie ! – du désordre comme instrument politique*, Paris, Economica.
- COLAS, Dominique, 1994, *Sociologie politique*, Paris, Puf.
- GOHN, M. Glória, 1985, *A força da periferia*, São Paulo, Vozes.
- GUERRA, Henrique, 1985, *Angola, estrutura económica e classes sociais*, Luanda, UEA.
- HODGES, Tony, 2003, *Angola do Afro-stalinismo ao petrocapitalismo*, Lisboa,
- MARX, Karl, 1998 *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo, Cortez Editora.
- MATEUS, Ismael, 2004, “Falcone o indelicado”, *Semanário Angolense*, 55, Ano I, 3/10 de Abril.
- MBEMBE, Achille, 2000, *De la postcolonie*, Paris, Karthala.
- MEDARD, Jean François, *L'Etat patrimonial*,
- MESSIANT, Christine, 1999, “A propos des ‘transitions démocratiques’, notes comparatives et préalables à l’analyse du cas angolais”, *Africana Studia*, 2, Porto, Edição da Fundação António de Almeida, pp. 61-95.
- PESTANA, Nelson, 2002, *L'Etat en Angola : pratiques et discours*, Thèse de doctorat, Montpellier, Université de Montpellier I.
- PESTANA, Nelson, 2003, *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*, Lisboa, CEA-ISCTE.
- SADER, Eder, 1988, *Quando novos personagens entraram em cena*, São Paulo, Paz e Terra.
- SARTRE, Jean Paul, 1985, *Critique de la raison dialectique*, Paris, Gallimard.
- SOUSA, Norberto Franco de, 1999, *Angola: o caminho estreito da dignidade*, Lisboa, Edição do Autor.